

EDITORIAL

Pedro Roberto Jacobi¹
Pedro Luiz Cortês²

Uma discussão que se mostrava superada vem ganhando espaço neste final de 2018 e deve se estender por 2019, pelo menos. A “ideologia da mudança climática” ou o “climatismo”, nas palavras do futuro chanceler brasileiro, o embaixador Ernesto Fraga Araújo, “é basicamente uma tática globalista de instilar o medo para obter mais poder”, servindo para “sufocar o crescimento econômico nos países capitalistas democráticos e favorecer o crescimento da China”, conforme o texto “Sequestrar e perverter” publicado em seu blog em outubro deste ano. Isso passaria despercebido não fosse o autor o futuro ministro das Relações Exteriores do Brasil, sumarizando o que pensa o futuro governo sobre as questões climáticas.

*1. Pesquisador Responsável |
Instituto de Energia e Ambiente (IEE) |
Instituto de Estudos Avançados (IEA) |
Universidade de São Paulo (USP)*

*2. Professor Associado |
Escola de Comunicações e Artes (ECA) |
Programa de Pós-Graduação em Ciência
Ambiental do Instituto de Energia e
Ambiente (IEE) |
Instituto de Estudos Avançados (IEA) |
Universidade de São Paulo (USP)*



Como se não bastasse isso, as insinuações de que o país precisa revisar a sua participação – ou sua forma de participação – no Acordo de Paris se repetem. Utiliza-se como argumento base que a nossa soberania estaria sendo ameaçada por uma tentativa de internacionalizar a Amazônia ou com a imposição do que deveríamos fazer para reduzir nossas emissões de gases de efeito estufa. Há um manifesto desconhecimento sobre como funcionam as convenções climáticas da ONU e o Acordo de Paris. A adesão a esse acordo, é sempre oportuno lembrar, é feita voluntariamente. Não há obrigação de que um país seja signatário dessa convenção. Isso é feito de maneira voluntária. Hoje, todos os países são signatários desse acordo (os Estados Unidos, embora tenham manifestado sua intenção de abandonar o acordo, ratificaram o Acordo de Paris).

Da mesma forma, não há qualquer imposição sobre o que uma nação deva fazer para reduzir suas emissões. Cada qual apresenta, voluntariamente, suas propostas. E não há qualquer sanção para países que não atingirem as metas que eles mesmos propuseram. É possível que resida nessa perspectiva voluntariosa e colaboracionista a dificuldade que algumas pessoas têm de entender sobre como as convenções climáticas funcionam. Não há imposições. Não há punições. Há colaboração. Há voluntarismo. Talvez o modelo mental de algumas pessoas não tenha o alcance necessário para compreender essa perspectiva.

Quanto à questão da soberania territorial, importante mencionar que isso jamais foi tratado como tema oficial nas convenções climáticas da ONU. Não há qualquer documento oficial que trate disso. Isso jamais foi colocado em pauta e argumentações nesse sentido são pueris e intelectualmente muito frágeis. Como resultado, o país abre mão de continuar ocupando o protagonismo que conquistou desde a Rio 92 e coloca-se – por vontade de seus futuros governantes – em uma situação de perseguido pela “ideologia da mudança climática”.

Do lado de cá, no mundo real, já ultrapassamos o período de coleta de evidências sobre as mudanças climáticas e passamos a lidar cotidianamente com as consequências. E os efeitos se multiplicam. O primeiro artigo desta edição do caderno Diálogos Socioambientais da Macrometrópole Paulista trata disso ao discorrer sobre a vulnerabilidade das cidades frente às mudanças climáticas e a negação do direito à moradia digna. Com o crescimento da Macrometrópole Paulista, muitas vezes em velocidade superior a qualquer planejamento, o problema de moradias se acentua. Áreas vulneráveis são ocupadas, levando à (re)produção de áreas de risco e potencializando a ocorrência de problemas com as fortes chuvas.

Como em um continuum, o segundo artigo trata da objetivação dos riscos e desastres “naturais” nos enfoques institucionais que tendem a considerar apenas abordagens relacionadas às áreas da engenharia, geologia, ciências naturais e planejamento urbano. Reproduz-se, dessa forma, uma perspectiva que prioriza muito mais os efeitos sem compreender as causas profundas dos desastres que são de natureza social, econômica e sociopolítica. Há, segundo o artigo, a necessidade manifesta de se estabelecer um diálogo entre ciências naturais, ciências sociais, administração pública e comunidades, reforçando a necessidade de uma perspectiva multi e interdisciplinar.

O terceiro artigo, ao tratar do consumo de energia elétrica, aborda um tema diretamente impactado pelas mudanças climáticas. O trabalho mostra um panorama geral do consumo de energéticos (energia elétrica, etanol, derivados de petróleo e gás natural) na Macrometrópole Paulista e as respectivas emissões de dióxido de carbono. Há uma necessidade, não realizada, de discutir mais amplamente nossa matriz energética. Que fontes vamos priorizar nas próximas décadas? E temos opções para empreender essa discussão de maneira ampla. Nossa oferta de energia elétrica ocorre a partir de uma matriz multifacetada (hidroelétrica, eólica, térmica, nuclear e solar). A demanda por combustíveis é suprida com derivados de petróleo e biocombustíveis (notadamente o etanol). Continuaremos a ser contribuintes do aquecimento global ou exerceremos o protagonismo do uso de soluções mais sustentáveis? É essa discussão que a leitura do artigo suscita.

A gestão de resíduos também ocupa espaço destacado nesta edição. Há quatro textos tratando do tema com diferentes perspectivas. Trata da gestão de resíduos sólidos como fonte de oportunidades e redutor de vulnerabilidades em que o autor discorre sobre a necessidade de ir além dos planos de gestão e avançar para a elaboração de bens mais duráveis, na conscientização dos consumidores, na melhor integração da cadeia produção-comercialização-destinação e no envolvimento institucionalizado dos catadores.

O artigo de Alexander Turra aborda o movimento recente de leis municipais e estaduais que tem proibido a fabricação, comercialização e a oferta gratuita de canudos flexíveis produzidos em plástico ou qualquer outro material não degradável no Brasil e no mundo. A onda tem sido estimulada pelas imagens marcantes de degradação dos oceanos, seja por terem sido encontrados inseridos na narina de uma tartaruga marinha ou pelo recorrente e crescente acúmulo de lixo em praias ao redor do mundo. Turra questiona que se invista no banimento dos canudos sem antes atuar em três frentes estratégicas e estruturantes para combater as principais fontes de lixo para o mar: educação ambiental, gestão de resíduos e gestão territorial, eliminando a ocupação irregular e dando dignidade para a população. Por outro lado, caso essa estratégia seja colocada em prática, deve-se cobrar coerência dos tomadores de decisão quanto a outros itens de uso único e efêmero que são, inclusive, mais abundantes que os canudos na composição do lixo no mar, como as bitucas de cigarro.

O terceiro texto sobre resíduos trata dos materiais eletroeletrônicos em um instigante comparativo entre a Macrometrópole de São Paulo (Brasil) e a Grande Região de Acra (Gana). Conforme lembra o autor, muitos resíduos de equipamentos eletroeletrônicos possuem elevada concentração de elementos como zinco, chumbo, arsênio, cádmio, mercúrio e cobre. A separação de alguns desses elementos – notadamente o cobre, de elevado valor comercial – é feita de maneira precária a partir da queima dos materiais plásticos que envolvem fios e cabos. Essa prática, usual tanto em países africanos quanto no Brasil, apresenta grandes prejuízos à saúde. A correta valoração dos resíduos deveria merecer ampla discussão pela sociedade e gestores públicos.

Arrematando, uma entrevista traz perspectivas diferentes – mas complementares – sobre os resíduos. As entrevistadas discorrem sobre o que é “lixo”, o papel dos catadores, as cooperativas, a gestão dos resíduos na Macrometrópole Paulista, a articulação com a população. Integra-se, este texto, aos anteriores, pois reforça a dimensão social que a gestão de resíduos alcança. Sem considerar esse aspecto, uma adequada resolução desse problema deixa de se verificar.

Finalizando, um alerta para a prevalência de uma mentalidade remanescente do Brasil Colônia que entende que áreas devam ser simplesmente ocupadas, urbanizadas e apresentar uma real serventia à sociedade. Como se a ocupação de uma área fosse a única opção. Não se considera que a natureza possa ter um papel relevante para a sociedade, com a purificação de águas, regulação do clima e preservação do patrimônio arquitetônico, cultural e histórico. A nova seção de Arte é inaugurada trazendo o tema da implantação do Centro Logístico Campo Grande e o risco que isso traz aos maciços florestais do Grande ABC.

Aqui, dessa forma, retornamos ao começo deste texto em que a perspectiva de preservação ambiental é vista de maneira ideologizada. Sintetizando isso, o nosso futuro chanceler considera que “... a esquerda sequestrou a causa ambiental e a perverteu até chegar ao paroxismo, nos últimos 20 anos, com a ideologia da mudança climática, o climatismo”. Esquece que as consequências dos problemas ambientais distribuem-se, cada vez mais, de maneira democrática. São problemas que atingem a todos. Não há esquerda ou direita. Há pessoas. Simples assim.

Boa Leitura!